

**** Este programa foi elaborado no início de 2005, quando o Vereador Roberto Tripoli acabara de assumir a Presidência da Câmara Municipal, dando início às negociações para envolver as Subprefeituras, e as Secretarias da Educação e do Verde e do Meio Ambiente no Programa Permanente de Controle Reprodutivo de Cães e Gatos, que vinha acontecendo desde o final de 2001. Esta foi a forma encontrada para difundir o controle reprodutivo de cães e gatos em locais onde a população carente não tem acesso a serviço médico-veterinário. Daí a importância da participação da Secretaria da Educação para ceder espaços nas escolas, visando a realização dos mutirões, e também para intensificar o programa educativo. Além disso, foi fundamental a aproximação entre o trabalho das ONGs de controle reprodutivo e o Programa Escola da Família. A Secretaria do Verde e do Meio Ambiente não participou dos trabalhos.***

**PROGRAMA PACTUADO
DE CONTROLE REPRODUTIVO,
SANITÁRIO E DE SAÚDE
AMBIENTAL
DE CÃES E GATOS
NAS SUBPREFEITURAS DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

ÍNDICE

I Introdução

II Diagnóstico

III Proposta

IV Material

V Educação

VI Registro Geral do Animal

VII Legislação

VIII Parceiros

IX Anexos

“Como veterinário, estive em todas as funções possíveis que vocês podem imaginar com relação ao bem-estar animal. No governo, fui responsável pelo licenciamento, controle e a disciplina veterinária para o Estado de Nova York. Ao iniciar nesta profissão, entrei na estrutura do poder. Como chefe veterinário da cidade de Nova York, iniciei a esterilização, a castração. Eram cinco abrigos e tínhamos 150 mil animais sob nossa guarda todo ano. E sabem o que aconteceu?

Em dez anos, aqueles cem mil animais que tínhamos de sacrificar, começaram a diminuir. Estamos com menos de 40 mil animais agora.

.....

O programa que estamos considerando é legislação, educação, esterilização, aplicação da lei.

A legislação é uma ferramenta educativa, e o que temos que fazer é educar as pessoas a nossa volta para o que é bom, o que é ruim, o que devem fazer ou não.

Mais uma vez gostaria de dar um panorama. Essa sala é uma cidade, vamos dizer assim. Nesta cidade temos cinco mil cães.

Seja qual for o instrumento que você usa, sacrifica 2.500 animais. Tudo bem, corta pela metade essa população. Maravilha, ótimo, você pensa. Veja o que acontece : os animais que sobraram são territoriais, não vão para outro lugar. Você eliminou 50% da população de cães e gatos. Lembra o que eu falei? Estávamos eliminando cem mil por ano em Nova York e não estava adiantando? O que acontece? O suprimento alimentar usado para 5 mil animais agora serve para 2.500, está alimentando 2.500. Agora temos 2.500 animais gordos, bem alimentados, prontos para procriar e ter filhotes saudáveis. No final do ano, temos mais uma vez cinco mil animais. Você desperdiçou dinheiro. A matança não funciona. Se você está pensando em eliminar, esqueça. Estou aqui para dizer que já vi isso em muitos países, já convenci muitos países a não fazer isso, espero, por favor, baseado nisso, que vocês acreditem em mim. Não funciona.

Agora, a *Organização Mundial de Saúde* fez um estudo, publicado em 1992, dizendo categoricamente que a matança não funciona. Eles também afirmam que no melhor cenário possível apenas 15% dos animais são, efetivamente, eliminados. Se você está eliminando 15%, é como cuspir no vento, não está fazendo coisa alguma.

Mais uma vez o que é preciso fazer é pegar aqueles animais que estão machucados e doentes, eliminá-los e o resto você tem que esterilizar. É realmente um planejamento a longo prazo. Isto aqui não começou ontem, e mesmo com a maior boa vontade do mundo não iremos resolver isso amanhã. E esse planejamento inclui o governo, as sociedades de bem-estar animal e os veterinários.”

.....

É meu dever absoluto terminar a dor e o sofrimento das criaturas vivas.

“Também já passei pela experiência da mesma coisa que vocês estão ouvindo: “Ah, não dá pra ser feito, porque estamos matando muito por dia”. Bobagem. Eu já fiz. Eles não fizeram, não tentaram. Simplesmente eles disseram.”

.....

“Na cidade de Nova York, os abrigos de animais que são da Municipalidade, não são simplesmente um abrigo onde levamos o animal para ser morto. Eles fazem programas de adoção, as pessoas podem ver, visitá-los, adotá-los, são tratados, toda cirurgia é feita.”

.....

“ENTÃO SE VOCÊ NÃO CONSEGUE FAZER COM QUE SUA PREFEITURA MUDE A FILOSOFIA E PARE DE PENSAR APENAS EM MATAR OS ANIMAIS DE RUA E AÍ ADOTAR UMA ABORDAGEM MAIS EDUCATIVA PARA O PROBLEMA, VOCÊ ESTÁ CUSPINDO AO VENTO.”

Palestra ministrada pelo médico veterinário **Joseph Lhoyd Tait**,
Ex-Presidente do Conselho Veterinário de Nova York,
em conferência
na Câmara Municipal de São Paulo

Lei Orgânica do Município de São Paulo.
Art. 188. §2º. O Poder Público Municipal,
em colaboração com entidades
especializadas, executará ações

permanentes de proteção e controle de natalidade animal, com a finalidade de erradicar as zoonoses.

INTRODUÇÃO

Considerando que a realidade nos tem mostrado que o homem está em uma busca constante pela qualidade de vida e, para tanto, especialmente nos centros urbanos, agrega, em seu dia-a-dia, elementos que propiciem tal condição;

Considerando que o convívio com animais de estimação traz inquestionáveis benefícios ao bem-estar humano, conforme relatam trabalhos nacionais e internacionais, incluindo as atividades terapêuticas;

Considerando que cães e gatos tidos como animais de companhia, integram e convivem intimamente com a família brasileira;

Considerando que os animais de estimação dependem do homem para sua sobrevivência e as condições de manutenção destes animais estão vinculadas à situação sócio-econômica-cultural da sociedade;

Considerando que as populações canina e felina estimadas para a Cidade de São Paulo são respectivamente de 1.490.412 cães e 226.484 gatos, significando 1 cão para 7 habitantes e 1 gato para 46 habitantes (*PARANHOS,2002);

Considerando que 43,3% dos domicílios paulistanos possuem pelo menos um cão ou um gato, sendo que deste percentual, 70,54% destes são tidos como exclusivamente de estimação (*PARANHOS, 2002);

Considerando que o homem prima pela salvaguarda da saúde e bem-estar animal;

Considerando que a ocorrência da grande maioria das inúmeras zoonoses, de maior ou menor gravidade, que atingem ou podem atingir a população humana, se deve à falta de utilização das medidas simples e disponíveis de controle sanitário e populacional de animais;

Considerando que a população em geral não tem conhecimento dessas medidas, quer seja pela falta da informação ou pela falta de acesso aos serviços de saúde animal;

Considerando que os hábitos inadequados, o desconhecimento e a falta de acesso aos serviços resolutivos, mantêm o ciclo que resulta na manutenção e procriação descontrolada de animais, levando a deterioração da qualidade de vida em certas comunidades humanas;

Considerando que a participação ativa dos proprietários ou responsáveis pelos animais, e demais membros da comunidade, é fundamental para o êxito de qualquer programa de controle animal;

Considerando que o excessivo número de animais domésticos, sobretudo cães e gatos, passou a constituir um problema relevante, tornando muitas vezes estes animais indesejados e um problema para muitas comunidades;

Considerando que a manutenção de animais de estimação inadequada gera problemas relativos à superpopulação, fazendo-se necessário a intervenção do Poder Público para o controle;

Considerando que as regiões periféricas da cidade, áreas estas de exclusão social, apresentam maior número de animais nas ruas, reproduzindo-se de forma descontrolada e gerando sérios problemas de contaminação ambiental, risco de transmissão de zoonoses, agravos por mordeduras, acidentes de trânsito comprometendo a saúde e o bem-estar animal e humana;

Considerando que São Paulo, maior cidade da América Latina, experimenta os problemas resultantes da superpopulação animal;

Considerando que a falta de recomendações dos órgãos competentes em nível nacional e estadual sobre métodos de controle das populações de cães e gatos impede que ações regionalizadas sejam expandidas;

Considerando que através de estudo realizado em São Paulo (Paranhos, 2002) constatou-se que 93,1% dos entrevistados é favorável à retirada de animais das ruas, mas somente 5,8% aceitam a eutanásia como solução, confirmando o apontado no 8º Informe da Raiva da OMS;

Considerando que os animais de estimação abandonados já tiveram um proprietário ou responsável, e que incumbe à sociedade integrá-los de forma harmônica à comunidade;

Considerando que o controle ético dessas populações deve ser incluído nas ações de planejamento de qualquer comunidade, visando o bem estar sócio-ambiental das populações;

Considerando que o controle das populações de cães e gatos é fundamental para o controle das zoonoses e demais agravos envolvendo esses animais, além de auxiliar na promoção da saúde humana e ambiental;

Considerando que as atividades de remoção e eliminação de cães e gatos, implantadas exemplarmente no período epidêmico da raiva no município (tendo o ano de 1973 oficialmente como o início do PROGRAMA de CONTROLE da RAIVA), não são eficientes isoladamente para o controle das populações desses animais;

Considerando que, mesmo com a apreensão e eutanásia diária de cães e gatos, é grande a quantidade de solicitações recebidas pelo Centro de Controle de Zoonoses de São Paulo pela população (*CCZ-SP);

Considerando que as ações de controle, até então, se apresentavam pouco eficientes;

Considerando que as questões ambientais exigem medidas rápidas e de aplicabilidade viável;

Considerando a necessidade de recomendações técnicas claras e objetivas sobre o controle das populações de cães e gatos;

Considerando que o Poder Público tem a responsabilidade de implantar programas que possibilitem o controle populacional de cães e gatos, em especial, em áreas onde a população não tem acesso e recursos para serviços de saúde animal e para controle reprodutivo cirúrgico, vimos apresentar o Programa Pactuado de Controle Reprodutivo Sanitário e de Saúde Ambiental de Cães e Gatos nas Subprefeituras do Município de São Paulo.

“A urbanização, a solidão nas grandes cidades, o medo e a necessidade cada vez maior de se proteger levam as pessoas a procurarem a amizade incondicional, a fidelidade e o companheirismo do cão. Os gatos por sua vez, devido as suas características particulares como, a independência, a higiene, a necessidade de pouco espaço, estão sendo escolhidos cada vez mais como animais de estimação” (Schoendorfer-2001).

“A atual tendência de aumento populacional dos pequenos animais domésticos, nos grandes centros urbanos, reforçou a necessidade de novos estudos mais específicos para tentar solucionar o problema da superpopulação” (SALMERI;OLSON;BLOOMBERG-1991).

Mas, de acordo com o 8º Informe de Especialistas da OMS sobre Raiva (Série de Informes Técnicos -824- Genebra-OMS-1992- pg 33.), “não existe nenhuma prova de que a eliminação de cães, tenha tido um impacto significativo na densidade das populações caninas ou na propagação da raiva. A renovação das populações caninas pode ser tão rápida que a taxa de sobrevivência da população canina compensa facilmente inclusive a taxa de eliminação mais elevada, que já foi registrada até hoje, ao redor de 15% . Além disso a eliminação dos cães pode não ser aceita por algumas comunidades....”.

O Manual Técnico do Instituto Pasteur (Vol.6. Controle de Populações – Animais de Estimação.p.20. 2000. S.Paulo, SP) ressalta que “a apreensão e a remoção de cães errantes e dos sem controle, desenvolvidas sem conotação epidemiológica, sem o conhecimento prévio da população e segundo técnicas agressivas ou cruéis, têm mostrado pouca eficiência no controle da raiva e /ou de outras zoonoses de diferentes agravos, devido à resistência imediata que suscita e à reposição rápida de novos espécimes de origem desconhecida que, associadas à renovação natural da população canina da região, favorecem o incremento do grupo de suscetíveis. Isoladamente, a apreensão de cães não é um fator resolutivo para o controle da dinâmica da população canina.”

“Os procedimentos usados nos programas de controle e erradicação da raiva urbana tem como objetivo reduzir rapidamente as populações de animais suscetíveis mediante a imunização de cães e gatos com donos, e diminuir o crescimento desta população por meio da esterilização e a eliminação dos cães de rua. Há dúvidas se a captura e sacrifício de cães de rua, com ou sem dono, pode reduzir efetivamente o crescimento da população indesejada. Em Guayaquil, Equador, a eliminação de cães se mostrou ineficaz, e mais ainda, contraproducente: depois de três campanhas de eliminação de cães de rua, o número de cães com raiva não somente não há diminuído, mas aumentado (Beran, 1991). Os mesmos resultados negativos se obtiveram em cidades da Ásia (Meslin, 1989).”

Em países mais desenvolvidos, a medida que envolve controle da natalidade da população animal em massa e educação tem se mostrado mais eficiente, ética e menos onerosa que a eutanásia (WHO-1990).

Preconiza o Instituto Pasteur de São Paulo que “posturas de posse responsável redundam em melhores condições de vida porque permitem evoluir na prevenção de doenças e de agravos, assim como contribuem para a preservação do meio ambiente. Para isto, deve existir envolvimento da sociedade na busca de soluções e adequação para cada local. Todas as atividades de controle de zoonoses se interligam a tópicos da área de Educação em Saúde. (...)”.

“O abandono de animais é um comportamento que depende da atuação da comunidade para o aprimoramento da qualidade de vida e do exercício da cidadania. Ele apresenta aspectos de ordem legal e deve ser abordado em atividades de educação e de promoção da saúde, evidenciando a importância da posse responsável”(Manual Técnico do Instituto Pasteur. Vol. 5. Educação e Promoção da Saúde no Programa de Controle da Raiva. Introd.; p.23. 2000. S.Paulo, SP).

“A densidade populacional de cães está relacionada a situações epidemiológicas variadas e a diferentes hábitos culturais e padrões de assentamento da população humana. É assim que o planejamento de programas de controle de zoonoses e controle da população canina e felina devem levar em consideração a biologia do cão e do gato, bem como os aspectos culturais e demográficos da população humana local” (Cáceres-2004).

DIAGNÓSTICO

Em 2001, o Programa Saúde do Animal (PSA), foi implantado através do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) com o objetivo primordial de diminuir o número de animais abandonados e submetidos à eutanásia no Município, e para controlar a população de cães e gatos e diminuir a ocorrência de agravos e o risco de transmissão de zoonoses por cães e gatos na cidade de São Paulo.

O Programa Saúde do Animal (PSA) se baseia em 5 pilares:

- educação em posse responsável;
- esterilização em massa de cães e gatos;
- registro geral do animal (RGA);
- adoção responsável e
- incentivo à legislação pertinente.

O PSA tem se desenvolvido com a participação das ONGs de Proteção Animal , da Rede Veterinária, e do CCZ-SP.

A Prefeitura do Município de São Paulo estabeleceu desde outubro de 2001 convênios com ONGs de proteção animal para:

- realização de cirurgias de esterilização em cães e gatos machos (orquiectomia), e fêmeas (ovário-salpingo-histerectomia);
- vermifugação;
- vacinação;
- tratamento para controle de sarna e outras ectoparasitoses,
- registro e identificação (RGA) dos animais cadastrados;
- realização de atividades educativas sobre posse responsável de animais de estimação.

Este trabalho vem sendo realizado gratuitamente para proprietários de animais carentes da cidade. Está dividido em regiões e é desenvolvido pelas ONGs:

- **“Quintal de São Francisco” Associação Beneficente de Proteção aos Animais:**

Área de atuação: Zona Sul

- **Estimação Sociedade Protetora dos Animais:**

Área de atuação: Zona Oeste

- **Associação Paulista de Auxílio aos Animais APAA:**

Área de atuação: Zona Norte

- **Aliança Internacional do Animal** (descredenciada em dezembro de 2004)

Área de atuação: Zonas Norte, Sul, Leste e Oeste

- **Clube das Pulgas:**

Área de atuação: Zonas Norte, Sul, Leste e Oeste

-**APAS Leste**

Área de atuação: Zona Leste

Através desse trabalho de parceria foi realizado pelas ONGs de proteção animal conveniadas, de outubro de 2001 até outubro de 2004, **74.044 cirurgias de esterilização em cães e gatos em comunidades carentes** (*dados parciais até outubro de 2004 do CCZ -SP).

Do total de **animais esterilizados, 55,88% foram cães e 44,12% gatos**. Deste total de **cães submetidos à cirurgia, 77,84% foram fêmeas** e entre os **gatos, 63,90% foram fêmeas**.

É necessário ressaltar que a demanda da população pelo serviço de controle reprodutivo cirúrgico para cães e gatos é muito maior do que as entidades de proteção conseguem absorver em função dos recursos materiais e humanos disponibilizados para essa ação até o momento.

Considerando a extensão territorial e as áreas carentes da cidade, é de rigor a **ampliação do número de ONGs participantes e o número de cirurgias realizadas por ONGs mensalmente, visando ampliar a cobertura desta ação e conseqüentemente produzir mais rapidamente um impacto significativo** para o controle populacional de cães e gatos.

Em trabalho que vem sendo realizado na Universidade de São Paulo, na Faculdade de Medicina Veterinária, foi desenvolvido modelo matemático onde se simula uma situação em que a população se estabiliza, sem crescimento, em menos de 10 anos, com a esterilização de 10% de cães ao ano isso associado a retirada de animais errantes e taxa de abandono zero.

Para um demonstrativo da eficácia e eficiência do referido programa de controle reprodutivo, mister se faz avaliar, através da coleta dos dados pelas ONGs conveniadas, a incidência, redução e alteração qualitativa e quantitativa nas regiões de atuação pontual.

É inegável, entretanto, que, atualmente, a esterilização cirúrgica é o método mais eficiente e seguro para a prevenção definitiva ou interrupção de gestações não desejadas, fato comprovado em inúmeros trabalhos publicados tanto no Brasil como em outros países.

Quando realizadas antes da puberdade, estas cirurgias inclusive previnem outros problemas de caráter reprodutivo e hormonal de que podem ser vítimas especialmente as fêmeas em fase adulta, especialmente, aquelas que recebem hormônios para evitar o cio e passam a desenvolver o Complexo Hiperplasia Endometrial Cística (Piometra), doença que se não for tratada em tempo, ou seja, se não for realizada a retirada do útero, pode levar à morte (*Patrícia R. da Silva-médica veterinária-Anexos)

O emprego da castração precoce traz, também, inquestionáveis benefícios para a comunidade sem causar qualquer dano ao animal -evita a primeira cria - que em países do 1º mundo é tido como o principal fator desencadeante do incremento populacional e do abandono. Os cães e gatos podem gerar em 6 anos milhares de descendentes, devido à alta capacidade de procriação.

Tendo-o descrito e manifestando-nos favoravelmente, apoiamos e sugerimos que a Prefeitura de São Paulo, através do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ-SP), da Secretaria Municipal de Saúde continue mantendo o Programa de Saúde Animal (PSA).

PROPOSTA

Sugerimos abaixo um conjunto de medidas a serem adotadas para que possamos implantar na cidade de São Paulo um programa eficiente de controle das populações de cães e gatos, tendo em vista que o controle de cães e gatos realizado em países que já experimentaram as problemáticas oriundas da superpopulação animal, e que vem sendo adotado por diversas cidades do Estado de São Paulo, envolve programas educativos; controle da reprodução desses animais; registro e identificação; legislações pertinentes para a propriedade responsável; remoção e destino adequado dos animais sem proprietário; estudo de impacto e monitoramento dos cadastros de proprietários e domicílios e identificação dos gravames ambientais e avaliação sanitária ambiental.

Controle efetivo das populações de animais de cães e gatos
- estudo da dinâmica dessas populações;
- controle reprodutivo;
- educação para posse, propriedade e guarda responsável;
- leis pertinentes à aquisição, posse e criação responsável de animais;
- fiscalização das ações ambientais.

1 Descentralização das ações de controle das populações de cães e gatos:

- ✓ É prioritária e urgente a descentralização das ações de controle de cães e gatos na cidade de São Paulo.
- ✓ O envolvimento das Unidades Fixas – salas de atendimento e cirúrgicas - nas Subprefeituras pode ajudar sensivelmente na solução do problema.
- ✓ Os dados registrados no CCZ de apreensão e vacinação nas áreas de cada Sub-prefeitura podem ser o ponto de partida para o desenvolvimento do programa de controle local.

- ✓ Através da descentralização, cria-se um mecanismo mais ágil para o desenvolvimento de atividades de controle animal diretamente e facilita-se o diagnóstico da situação de abrangência de cada Subprefeitura.
- ✓ Racionalização de investimento de recursos para áreas de maior carência e necessidade, atendendo comunidades com menor acesso ou impossibilidade de encaminhamento de seus animais aos serviços veterinários particulares para controle reprodutivo e procedimentos de controle da saúde animal.

2 -Desenvolvimento de estudos de dinâmica populacional por Subprefeitura:

Para o controle de população animal se faz necessário conhecer a população animal a fim de observar a dinâmica das populações dos animais.

Os inquéritos populacionais são levantamentos especificamente elaborados para a avaliação do número de animais de determinada região e nestes serão avaliados:

- ✓ Taxas de reprodução;
- ✓ Distribuição por faixas etárias e por sexo;
- ✓ Taxas de sucesso reprodutivo;
- ✓ Quantidade média de filhotes obtidos;
- ✓ Análises do meio ambiente e dos recursos ecológicos disponíveis;
- ✓ Grau de supervisão;
- ✓ Origem de cães e gatos;
- ✓ Estratificação da população de animais de estimação;
- ✓ Avaliação sanitária;
- ✓ Avaliação de risco;
- ✓ Pré-requisito para o programa de intervenção local.

3 - Implantação de programa em cada Subprefeitura:

- Envolvimento e participação dos proprietários dos animais e da comunidade no processo, a confiabilidade e acesso físico e econômico ao método de controle reprodutivo, assim como, a orientação e avaliação clínica dos animais, o que favorece resultados de impacto.
- e índices de melhoria na qualidade da vida ambiental e do bem-estar dos animais na região.
- Otimização dos espaços – Unidades Fixas - UFs - nas Subprefeituras para montagem de salas de atendimento e vacinas, orientação para propriedade responsável e controle de doenças, salas cirúrgicas para esterilização de cães e gatos.
- A adoção de tal medida em especial, atendendo as regiões de maiores dificuldades ambientais revelará em curto espaço de tempo uma redução dos custos da verba pública aplicada em atendimentos emergenciais dos postos de saúde, quer seja nos casos de agravos com animais de estimação ou de enfermidades ligadas a questões zoonosárias.
- Diagnóstico da situação dos animais – cães e gatos – do bairro e/ou região, inclusive nos asselvajados se houver.
- Avaliação clínica dos animais, medicação, vermifugação e identificação com plaqueta e microchip.
- Pesquisa sorológica de diversas zoonoses para definição do perfil epidemiológico das populações de cada região, otimizando o laboratório da Vigilância em Saúde instalado no prédio do CCZ-SP, laboratório este já capacitado e instrumentalizado para tais procedimentos.
- Capacitação de médicos veterinários para utilização de técnica cirúrgica menos invasiva, com recursos de maior segurança para os animais e redução sistemática dos custos de insumos cirúrgicos, em parceria com as ONGs do atual programa.
- Esterilizar o maior número de animais.
- Formação de equipe mínima de trabalho nas Unidades Fixas, com 1 médico veterinário e 2 assistentes, 1 administrativo, que poderão atender após a capacitação dos médicos

veterinários 25 cirurgias de castração/dia, 4 dias semanais, atingindo o número de 8.000 cirurgias/mês, totalizando 96.000 cirurgias/ano em cada unidade.

- 1 dia por semana para atendimento clínico de prevenção e controle de saúde animal em 25 animais, atingindo 2.000 animais/mês, totalizando 24.000 animais/ano atendidos.
- Os animais deverão portar a plaqueta de identificação e adotar o microship.
- Coleta de amostras periódicas de solo em locais com deficiência de infraestrutura básica, excesso de lixo e superpopulação de animais.

As Unidades Fixas deverão aproveitar espaços já existentes sofrendo apenas obras de reaproveitamento e pequenas reformas para adaptação de espaço de espera, sala de atendimento e sala cirúrgica.

Produzir banco de dados com a finalidade de garantir estudo de impacto para os próximos 5 anos, identificando proprietários e domicílios, definindo estratégias de ação de forma permanente.

4 – Atores envolvidos:

Papel das Subprefeituras

Colaborar com as Unidades Fixas para o atendimento efetivo dos animais e a articulação para direcionar o trabalho das ONGs de proteção animal no sentido de priorizar as regiões com maior necessidade de intervenção, bem como facilitar e acompanhar o trabalho educativo de forma a inserir a atitude de posse responsável de animais domésticos junto à população local. Caracterizar a população animal e conhecer suas interações com o homem e o meio ambiente e desencadear ações efetivas na intervenção junto à comunidade.

Papel dos Clínicos Veterinários

As clínicas veterinárias que estão na área de abrangência das subprefeituras deverão ser convidadas pela Subprefeitura a participarem socialmente do Programa Pactuado, e incentivadas a fazerem parte programa Rede Veterinária criado pelo Centro de Controle de Zoonoses.

Papel das Empresas do Ramo Pet

A indústria de alimentos, medicamentos e insumos, móveis e equipamentos do setor cresce vertiginosamente com índices de ajustes financeiros sem controle. Beneficiados com o aumento de animais em domicílios no país e com o esforço das ações de responsabilidade e bem-estar animal, difundidas pelas sociedades civis organizadas em parcerias com órgãos públicos - contemplados hoje com técnicos capacitados e respeitosos de seu papel social e promotores da saúde pública -, cabe à indústria e empresariado do ramo na cidade de São Paulo apoiar um programa modelo de controle de saúde e aprimoramento da qualidade de vida dos animais no meio urbano.

Recomenda-se que seja viabilizado contato com as referidas empresas de forma global ou regional, por subprefeitura juntamente com a participação das ONGs integrantes do programa, para discussão de ações parceiras, quer com investimentos específicos para o programa ou com aporte de recursos específicos de cada empresa para ações complementares da posse responsável junto a comunidade.

MATERIAL

Uma vez determinadas as Unidades Fixas é necessário proceder ao levantamento dos espaços físicos para adequação às necessidades de implantação dos núcleos de controle reprodutivo e saúde animal nas Subprefeituras.

Para cada Unidade Fixa caberá a Subprefeitura :

- ✓ Preparação de croquis específico para sala de espera, sala de atendimento e sala cirúrgica, sanitários de uso ao público e para funcionários, sala de preparo e sala pós cirúrgica.

- ✓ Levantamento dos custos das obras e/ou reformas.
- ✓ Equipamentos, móveis e utensílios, material clínico e cirúrgico: mesas de atendimento, mesas cirúrgicas, mesas auxiliares, armários para medicamentos, autoclaves, máquinas de tosa, geladeiras, calhas, suportes de soro, gaiolas, caixas cirúrgicas, medicamentos e insumos, computadores, mobiliário administrativo, etc.

Os custos deverão ser levantados conforme disponibilidade dos espaços físicos nas Subprefeituras, respeitada legislação sanitária pertinente e subsídios do item ***Parceiros*** para a implementação do programa.

EDUCAÇÃO

Manter e ampliar o Programa Educativo integrando as propostas do PSA implantado pelo CCZ, PVBB -“Para Viver de Bem com os Bichos”, que preconiza uma relação ***homem – animal – meio ambiente*** mais equilibrada, incluindo procedimentos mais éticos, humanitários e racionais baseados nos princípios da posse responsável de animais de estimação e no controle e manejo ambiental de animais sinantrópicos.

Nestes três anos de trabalho, o projeto contou com a ***participação de Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, perfazendo 893 Unidades Escolares envolvidas.***

O PVBB deve ser articulado com as Subprefeituras, estabelecendo-se parceria para que Subprefeituras também estejam envolvidas com as escolas da sua região, as ONGs e a continuidade nas ações preconizadas pelo programa.

REGISTRO GERAL ANIMAL (RGA)

O Registro Geral do Animal (RGA) é feito para identificar os cães e gatos do município e seus respectivos proprietários, sendo obrigatório por lei (Lei Municipal 13.131/01^{de} autoria do Vereador Roberto Trípoli). A população pode proceder ao registro de seus animais no CCZ e em estabelecimentos veterinários credenciados.

Até outubro de 2004 foram cadastrados aproximadamente 350.000 animais.

É importante ressaltar que o banco de dados gerado pelo RGA permite o conhecimento do tamanho das populações de cães e gatos, suas características e distribuição, podendo nortear políticas de saúde pública e saúde animal.

Através do RGA tem sido ainda possível a localização dos proprietários e a recondução de animais perdidos nas ruas da cidade, portando plaqueta de identificação (média de 100 animais/mês).

O RGA, na modalidade plaqueta, é utilizado como forma de introdução de um comportamento inserido nos preceitos de propriedade responsável, e vem apresentando bons resultados.

A transição para o uso do microchip -sistema com transponder de especificação de uso subcutâneo, numeração única e não removível- é a evolução natural, como forma eficaz e produtora de salvaguarda da saúde pública e bem-estar animal.

ADOÇÃO RESPONSÁVEL

O CCZ tem um programa de adoção onde os animais encaminhados para novos lares são vacinados vermifugados e esterilizados, sendo procedentes do serviço de recolhimento das ruas. Em média são adotados entre **70 e 100 cães e gatos/mês**.

Também existem parcerias com instituições privadas e ONGs para o encaminhamento à adoção responsável de animais abandonados, por diversas outras atividades todas realizadas periódica e permanentemente em diversos pontos da cidade.

LEGISLAÇÃO

Constituição Federal de 1988.

Decreto Federal 24.645/1934.

Lei Federal 9.605/98.

Constituição Estadual de São Paulo.

Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Decreto Municipal 22.071/89.

Lei Tripoli 13.131/01.

Lei Municipal 13.295/02.

Lei Municipal 13.943/04.

PARCEIROS

Secretaria Estadual de Saúde Estadual –elaboração e colaboração na confecção do Banco de Dados e implantação de registro e identificação com microship;

Prefeitura Municipal de São Paulo e Subprefeituras – unidades fixas de atendimento – núcleos básicos de controle reprodutivo e saúde animal

Secretaria Municipal da Saúde/Centro de Controle de Zoonoses – coordenador do programa e gerador de capacitação;

Secretaria Municipal de Educação - manutenção do PVBB em todas as escolas do município;

Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente – parceiro nas ações educativas em massa para eventos de cadastro, RGA e microship;

Universidades e Fundações – parceiros para a base técnica e científica, professores e alunos voluntários nas ações de controle populacional, educativos e prevenção em saúde;

Empresas do Ramo Pet – recursos, produtos, parcerias nas unidades móveis e apoio logístico e de divulgação;

Entidades de Proteção Animal – parceiras na orientação das comunidades periféricas e já executam o PSA; capacitação dos técnicos para o programa de esterilização.

Associação de Bairro – interação da comunidade no programa;

Comercio local – apoio com recursos materiais;

Rádios Comunitárias – apoio de multiplicador e de divulgação das ações na comunidade de forma permanente;

Clínicas Médico Veterinária – parceiros na Rede Veterinária

Comunidade – parceiros na mudança de comportamento social aferindo o ganho sócio/ambiental dos cidadãos do local.

BIBLIOGRAFIA

8º informe de especialistas da OMS-Raiva-Genebra-1992

ACHA, P.N. SZYFRES, B. Zoonoses y Enfermedades Transmisibles Comunes al Hombre y a los Animales. Volume II. Clamidiosis, rickettsiosis y virosis. Publicación Científica y Técnica no. 580. Organización Panamericana de la Salud. Tercera Edición, 2003.

CACERES, L.P.N. Estudo do Programa de Esterilização Canina e Felina do Município de São Paulo 2001-2003. Medicina Veterinária e Saúde Animal. USP.

Centro de Controle de Zoonoses. Programa Educativo Para Viver de Bem com os Bichos – PVBB. RGA – Adoção Responsável – Programa Saúde Animal.

DUARTE, LIMA JR,A-Dinâmica populacional canina e a persistência da Raiva na cidade de Recife-PE – Tese de doutorado Depto de Epidemiologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1999.

INSTITUTO PASTEUR. Manual Técnico, Vol. 5 Controle de populações e Vol.6. Educação e Promoção da Saúde no Programa de Controle da Raiva. Introd.; p.23. São Paulo: 2000.

PARANHOS, N.T. Estudo das populações canina e felina em domicílio, Município de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2002.

Schoendorfer, L.M.P. Interação homem animal de estimação na cidade de São Paulo – O manejo inadequado e as conseqüências em Saúde Pública. Dissertação de mestrado. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2001.

WHO– World Society for the protetion of animls. Guidelines for dog population management, 1992,212p.

Os cães e gatos podem ser classificados, segundo a OMS e WSPA (1992) em:

- Cão supervisionado ou controlado
- Cão de família
- Cão comunitário ou de vizinhança
- Cão selvagem ou feral

VEJA TABELA NA PRÓXIMA PÁGINA

classificação	Controle da movimentação e vida	vinculo	hábitos	Controle da Reprodução e crias	Potencial de risco para agravos e	No Brasil
---------------	---------------------------------	---------	---------	--------------------------------	-----------------------------------	-----------

					doenças	
<u>Cão supervisionado ou controlado</u>	totalmente dependente totalmente controlado	completamente restrito supervisionado	Só vai à rua com o seu proprietário, tem abrigo e alimentos controlados em um domicílio	Contenção e restrição durante o cio ou adoção de medidas de controle reprodutivo químicas ou cirúrgicas.	baixo	cão domiciliado
<u>Cão de família</u>	totalmente dependente parcialmente controlado	possui uma casa, um proprietário, mas tem livre acesso à rua	Vai a rua e retorna à casa livremente, alimenta-se em casa e nas ruas	não possuem nenhum controle reprodutivo e sucesso devido a constância de alimentação e abrigo disponível	alto	cão semi-domiciliado.
<u>Cão comunitário ou de vizinhança</u>	parcialmente dependente, parcialmente controlado ou sem controle.	Sem dono	Obtém abrigo e alimento em diversos locais, é territorial, vive nas ruas	Reproduz livremente e, recebe cuidados da comunidade. Geralmente suas crias têm chance de sucesso pela disponibilidade de abrigo e alimento.	alto	Cão de rua ou vizinhança
<u>Cão selvagem ou feral</u>	independente, sem qualquer controle	Sem dono	Normalmente não tem contato humano, vive em abrigos naturais e caça para sobreviver	Reproduz livremente. Geralmente suas crias não têm sucesso, pela falta de abrigo e alimento regular.	alto	Cão selvagem

**GABINETE DO VEREADOR
ROBERTO TRIPOLI – FEVEREIRO DE 2005**